

# **Projeto Político Pedagógico: Um Planejamento Desafiador para as Instituições de Ensino: Um Estudo de Caso em uma Escola Pública de Belém do Pará.**

*Autores:*

**Maria do Socorro  
Ribeiro Barbosa** -  
Mestre em  
Planejamento em  
Políticas Públicas

**Ivanilde Apoluceno de  
Oliveira** – Doutora em  
Educação – Pontifícia  
Universidade Católica  
de São Paulo – PUC/SP

## Resumo

Este artigo é o resultado de um estudo sobre Projeto Político Pedagógico – PPP em uma Escola Pública de Belém-Pa, onde foi investigado por meio de uma pesquisa de campo e bibliográfica se houve melhoria no ensino-aprendizagem da escola pesquisada a partir das ações do seu projeto político pedagógico. A pesquisa foi feita com os sujeitos que fazem parte da comunidade intra e extra-escolar que são: 12 (doze) professores formados em diversas áreas de conhecimento, 10 (dez) alunos, 03 (três) pais, 01 (um) representante do Conselho Escolar, 02 (dois) vice-diretores, (03) agentes administrativos, correspondendo ao total de 31 (trinta e um) sujeitos. Este estudo tem a intenção de abrir pressupostos para o leitor fazer sua própria leitura acerca deste assunto. Na primeira parte, a autora apresenta uma discussão teórica sobre Projeto Político Pedagógico na visão de vários autores, onde a mesma também interage e emite opiniões sobre o objeto de estudo em questão. E na segunda parte, apresenta o resultado da pesquisa de campo, para que os leitores possam fazer uma relação entre o conhecimento teórico apresentado pelos autores estudados, bem como, por meio do conhecimento adquirido a partir da pesquisa de campo. Permitindo fazer com que, este leitor, tenha seus próprios comentários e opiniões acerca da política do PPP, a partir do presente estudo.

**Palavras - chave:** Projeto Pedagógico. Ensino-aprendizagem. Planejamento Institucional.

## **Abstract**

This article is the result of a study on Political Pedagogical Project - PPP in a Public School in Bethlehem, Pa, which was investigated by means of a field survey and literature if there was an improvement in the teaching and learning of school studied from the actions of the his political pedagogical project. The survey was conducted with the subjects that are part of the community within and outside school that are twelve (12) teachers trained in various areas of knowledge, ten (10) students, 03 (three) parents, 01 (one) representative School Board, two (02) vice-principals, (03) administrative agents, accounting for the total of 31 (thirty one) subjects. This study intends to open assumptions for the reader to make their own reading on this subject. In the first part, the author presents a theoretical discussion on Political Pedagogical Project in the view of several authors, where it also interacts and issues opinions on the subject matter in question. And the second part presents the results of field research, so that readers can make a relationship between theoretical knowledge presented by the authors studied, as well as, through the knowledge gained from the research field. Allowing to make this reader, Tuesday your own comments and opinions about the politics of PPP from the present study.

**Keywords** - Keywords: Educational Project. Teaching and learning. Institutional Planning.

## **Introdução**

### **Projeto Político Pedagógico seus Versos e Reversos**

O interesse pelo estudo do Projeto Político Pedagógico surgiu a partir do contato com a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9.394 aprovado em 20 de dezembro de 1996. Dentre os artigos da LDB, dois em particular, despertaram minha atenção: os artigos 12 e 14. O artigo 12 item I estabelece que as Instituições de ensino respeitadas as normas comuns às do seu sistema de ensino terão a incumbência de Elaborar e executar sua proposta pedagógica, no artigo 14. Item II - determina que o referido projeto deva ser construído com participação da comunidade intra e extra-escolar.

Porém, hoje, passados aproximadamente quatorze anos da aprovação da Lei nº 9.394/96. O Projeto Político Pedagógico das Instituições públicas vem ainda sendo construído na sua maioria para atender a política do órgão superior, no caso à Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará, quando condiciona: por exemplo, no atual contexto, que, para que, haja eleição de gestor se faz necessário, além da constituição do Conselho Escolar, também a apresentação do Projeto Político Pedagógico, como se pode observar através da Portaria de Nº 04/GS, de 16/02/2009, em seu artigo 1º quando diz que:

Para realizar eleições para direção das unidades escolares, devendo a escola possuir a seguinte organização: I Conselho Escolar devidamente regulamentado. II Projeto Político Pedagógico construído coletivamente.

Esta questão remete a uma reflexão, haja vista que a maioria das Instituições de ensino ainda não dispõe de seu Projeto Político Pedagógico, principalmente no interior do Estado. Atuando como técnica educacional no Município de Salvaterra/PA em 2009, constatei que nas 03 (Três) Escolas de Ensino Médio do Município, por exemplo, nenhuma delas dispõe deste instrumento e somente uma possui o Conselho Escolar constituído.

Há, diante desta Portaria, uma corrida em relação à construção deste documento, bem como do conselho escolar. Levando as escolas, em função do tempo exposto, que é um prazo exíguo de aproximadamente quatro meses, a terem dificuldades na construção do Instrumento e na execução do processo de eleições de gestor escolar, nas escolas públicas da Capital, e do interior do Estado.

A concepção que se tem de projeto político pedagógico é bem maior do que um simples prazo fechado de sua entrega. Não se deseja criticar o trabalho da Secretaria de Educação/SEDUC, quando exige a eleição para direção das escolas à entrega do PPP e à constituição do conselho escolar. Mas, na oportunidade, valorizar esta iniciativa, e fazer um comentário no que diz respeito ao tempo exíguo, apresentado na portaria, não permitindo construir um Projeto Pedagógico de forma coletiva. A segunda é uma contribuição, de que, o PPP, fosse um documento apresentado e exposto no dia da posse do novo gestor, e este junto com a equipe da escola colocasse em prática. Isto sim seria uma das propostas que a portaria deveria ter contemplado. Claro que este poderia ser discutido depois pelo novo gestor e pela a comunidade escolar. Assim, a equipe teria tempo também para organizar melhor o referido documento, bem como oportunizaria ao novo gestor receber um norte para sua gestão.

Caso contrário, o Projeto Político Pedagógico não teria tanta importância, haja vista que muitos gestores desconhecem tanto este documento, quanto o seu processo construtivo. Então, a partir do momento em que a escola já apresenta sua proposta pedagógica a este novo gestor e sua equipe, estes se sentirão com responsabilidade a cumprir.

Não se quer aqui dizer que este seja a *tábua de salvação* para escola, mas, com certeza é um documento que traz anseios da comunidade intra e extra-escolar, quando a mesma participa de sua elaboração. Para melhor compreensão do leitor, conceituo a seguir o que é efetivamente o projeto pedagógico Político Pedagógico e a que se destina.

Na concepção de Távora (2004), por exemplo, o projeto político pedagógico trata obviamente de uma política voltada para sua organização administrativa e pedagógica da escola, o qual constitui um instrumento teórico-metodológico. Nesta perspectiva, é fundamental que os segmentos que compõem a escola assumam, efetivamente, sua responsabilidade, sem esperar que os órgãos hierárquicos centrais continuem tomando para si esta responsabilidade, pois a estes cabe apenas a garantia das condições necessárias (recursos materiais, financeiros, de formação) para levar a construção do projeto adiante.

Na concepção desta mesma autora, o projeto político pedagógico não deve conter somente as ações a serem desenvolvidas pela escola. E após sua elaboração, seja simplesmente encaminhado à administração central, como simples comprovação de cumprimento, por parte da escola, de tarefa de caráter burocrático, como comumente vem sendo realizado em nossas escolas, tanto da rede estadual, como da municipal.

Na verdade segundo Bussamam (1997), o Projeto Político Pedagógico, deve ser construído a partir do envolvimento e da vontade política dos diferentes segmentos da escola, e que este possibilite o rompimento das estruturas e organizacionais fragmentadas e autoritárias, e que defina princípios e finalidades que projetam o vir-a-ser da escola. Mas para que isto se concretize de fato é necessário que este, seja elaborado dentro de um planejamento que estabeleça metas programações e ações. E que estes segmentos tenham como referência o aprofundamento do compromisso, da responsabilidade, da cumplicidade e a construção de consciência de direito e de vontade coletiva.

Tal projeto, na concepção Távora (2004), define, portanto, princípios e finalidades, elementos do diagnóstico, estratégia e metas que contribuem com a Instituição no cumprimento de sua especificidade e que, quando construído coletiva e democraticamente, possibilite a obtenção de objetivos comuns, tais como: a racionalização da gestão de recursos e a congregação de esforços no sentido de organizar interesses diferenciados em torno de pontos comuns à formação de novos rumos e direção no sentido da formação da identidade da escola.

Porém, faz-se necessário ressaltar que, além das concepções teóricas em que os agentes se baseiam, estes devem possuir uma boa formação teórica e prática. Só assim, serão rompidas as resistências em relação às novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por essa proposta, para que possam assumir uma postura comprometida e responsável.

Como se percebe, o Projeto Político Pedagógico surge como forma de quebrar o planejamento funcional ou normativo. Na verdade, este é compreendido como um instrumento de intervenção no real, para transformá-lo na direção de uma sociedade mais justa e solidária por que pressupõem ser construído com o coletivo. Portanto, planejar pressupõe organização e conseqüentemente mudança no cenário educacional. Na verdade segundo a autora a seguir:

a idéia de projeto pedagógico vem tomando corpo no discurso oficial em quase todas as instituições de ensino, espalhadas nesse imenso Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/94), em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tendo a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", deixando explícita a idéia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Assim sendo, o projeto pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão. (BAFFI, 2002, p.01)

Nesta perspectiva, o ato de planejar, no atual contexto, apesar de estar estabelecido em Lei, como fala a citação acima, se faz necessário ressaltar que este, ou seja, o PPP é fruto de reivindicações coletivas. Mas que não basta apenas reivindicar e colocar no papel e esperar que esta se concretize por si só. Mas acima de tudo, precisamos também fazer se efetivar na prática, se não, de que adianta as políticas públicas serem definidas e aprovadas se não lutamos para concretizá-las.

Os desafios da escola, segundo Veiga (2001), é de acompanhar as exigências de mudanças da sociedade de ordem interna e externa. Por exemplo, os conflitos externos, na visão desta autora, são os de ordem social, econômica, cultural, científica e tecnológica de conhecimento. Já os internos, estão

relacionados ao desenvolvimento do conhecimento sobre o processo educativo. Esses fatores, em constantes interações, contribuem para ampliação das funções da escola que, ao mesmo tempo, provoca a necessidade de intervenções, possibilitando, dessa forma, experiências significativas para o aluno.

Nesse ato de trilhar em direção à qualidade do processo educativo, destacamos de um lado a importância de refletir sobre as relações mais amplas da escola com as políticas públicas alicerçadas na visão estratégica, de outros, buscamos compreender os pressupostos que devem embasar a construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição educativa na visão emancipadora (VEIGA, 2001 p .46).

Pensar, portanto em um processo de educação tendo como base os princípios emancipadores almejados pelo nosso saudoso Paulo Freire, que, defendia uma escola cidadã como sendo aquela que assume como formadora de direitos, bem como de deveres e ainda que esta escola viabilizasse a cidadania de quem está nela e de quem vem para ela (PADILHA, 2008). Ratificado também pela autora Ilma Passos (2001), quando diz que a escola deve estar em sintonia com os atores que fazem parte dela, bem como da comunidade. No entanto, se faz necessário que tenhamos, nos *lôcus* educacionais, gestores menos burocráticos que não estejam apenas preocupados:

que a escola funcione e a dos que professores acaba girando em torno do manter a disciplina e cumprir o programa. O nosso risco, porém é este: somos devorados pelo urgente e não temos tempo para posicionarmo-nos diante do importante (VASCONCELLOS, 2006, p. 171e 172).

Nesta mesma linha de pensamento, Vasconcellos (2006) enfatiza a importância do instrumento de planejar dizendo que o projeto educativo não é algo que se coloca como algo a mais para a escola, como rol de preocupações que remete para fora dela, ou seja, para questões estratosféricas. Ao contrário, é uma metodologia de trabalho que permite uma maior re-significação das ações de todos os agentes que fazem parte da Instituição educacional.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico, segundo este autor possibilita este caminhar, pois se trata de um plano global da Instituição de ensino que pode ser entendido como a sistematização das tarefas da escola, mas nunca deve ser definitiva e o seu processo deve ser feito coletivamente. É um instrumento teórico-metodológico, construído com a participação intra e extra-escolar, tendo como princípio desenvolver o sentido humano, científico e libertador do planejamento.

Para Veiga (2001, p.46), o Projeto Político Pedagógico representa um desafio, porque busca novas trilhas para escola. “É um ato de trilhar, ou seja, significa percorrer caminhos, palmilhar, andar em busca de novos rumos,” e a escola, enquanto instituição social compromissada com a educação de crianças, jovens e adultos, realiza ações institucionalizadas, sistemáticas de acordo com os princípios filosóficos epistemológicos e pedagógicos, reafirmando-se como *locus* educacional.

Entretanto, a autora destaca que apesar das inúmeras discussões a respeito da importância do PPP nos espaços educacionais, percebe-se ainda a predominância de projetos pedagógicos centrados no:

Discurso do planejamento estratégico empresarial implica analisar os principais pressupostos que embasam sua concepção. Assim a construção do projeto pedagógico ainda a par com “a reconstituição do campo do poder dentro das escolas, entendido este enquanto espaço de jogo no interior do qual novos atores lutam pelo poder sobre a nova especializações de funções (VEIGA , 2001 p; 47)

Isso significa, na concepção dessa mesma autora, um projeto pedagógico construído como instrumento de controle, por estar atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais de técnicas, de manobras e de estratégias que emanam de vários centros de decisões. Um exemplo disso é, o discurso técnico de qualidade total, que vem contribuindo para o distanciamento entre os sujeitos (professores, alunos, funcionários e pais), uma vez que a palavra de ordem é a eficiência

empresarial, enfatizando a todo custo à construção de um projeto educacional a serviço do sistema sócio-econômico e político em vigor.

Atender o sistema prevalecente se faz necessário, porém é justo fazermos parte dele também nas decisões. É importante que sejamos ouvidos e respeitados em nossas opiniões, pois a participação da comunidade escolar e comunidade extra-escolar fazem parte deste contexto.

Portanto, como ratifica Vasconcelos (2006, p 173), sem a maioria da massa humana o sistema não evolui, pois o processo de planejamento participativo abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa da construção de uma nova prática educacional.

Partindo deste princípio, é inconcebível, pensar no atual contexto, em uma escola aos moldes do sistema empresarial baseada na concepção de Sobrinho e Xavier (1999), que sugerem um planejamento educacional construído por grupos sistematizados por comitês, onde o coordenador, é o líder das metas, e dos objetivos, significa manter uma estrutura, segundo Vasconcellos (2006), construída numa obrigação política vertical professor–direção e Estado. Contrapondo-se (GOMES, 1996, p. 102) fala numa “colaboração voluntária cidadã–cidadão fundador de uma verdadeira federação de esforços participativos”. Portanto, fica cada dia mais difícil trabalhar um planejamento fechado em uma era da multiplicidade de informações, onde a juventude vive a síndrome do pensamento acelerado, detestando a rotina e reclamando que não tem “nada para fazer” como afirma Augusto Cury (2003 p.152 ). Dessa forma o Projeto Político Pedagógico:

só consegue ser um referencial para caminhada se os sujeitos da comunidade o reconhecerem como tal, ou seja se identificarem-se com ele, fato muito difícil de acontecer quando não participarem decisivamente da elaboração( VASCONCELLOS, 2006, p. 179)

Nesse sentido, é fundamental que os segmentos que compõem a escola assumam efetivamente suas responsabilidades, sem esperar que os órgãos hierárquicos centrais continuem tomando para si esta responsabilidade, pois a estes

órgãos cabe apenas a garantia das condições necessárias (recursos materiais, financeiros, de formação) para levar a construção do projeto adiante.

Caso contrário o Projeto Pedagógico da escola continua sendo construído, como fala Veiga (2007), como um instrumento de políticas públicas alicerçadas no discurso do planejamento empresarial, que, quando criam os indicadores de desempenho para escolas, acabam por transformar tais índices para o diagnóstico prévio e para avaliação dos resultados. Assim, o projeto, segundo essa autora, é concebido como instrumento de controle, de mecanismos operacionais, de técnicas, de manobras e de estratégias que emanam de vários centros de decisões. Essa mesma autora faz uma crítica a esses mecanismos quando diz que:

o movimento que busca a qualidade da escola, primeiro sobre a égide da qualidade total, depois do programa fundoescola/MEC, propiciou o deslocamento da reflexão, que é política na sua gênese e na sua essência, para uma discussão técnica e estéril na sua origem e na sua essência. Dessa maneira a qualidade, que é uma questão de decisão política, passou a ser considerada como opção sem problemas (...) é preciso ficar bem claro para a escola que a linguagem técnica e quantitativa tem contribuído para o distanciamento entre os sujeitos (pais, aluno, comunidade, funcionários). (VEIGA 2007, p.47)

No atual contexto, essa prática vem sendo observada, segundo Veiga (2007), por meio das ações do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), o qual opera com base em quatro grandes fragmentações de trabalho: pensamento separado da ação; o estratégico separado do operacional; os pensadores separados dos concretizadores; os estrategistas separados das estratégias.

Nesta perspectiva, a primeira fragmentação significa dizer que o pensamento está separado do agir, cabendo à escola apenas concretizar o pré-estabelecido, conservando, dessa forma, a lógica de funcionamento do sistema sócio-econômico vigente. Uma vez que competem aos professores, alunos, funcionários somente o gerenciamento desta rotina, sob muito controle e muita pressão.

Na segunda perspectiva, o projeto orienta-se por meio de planos de ação em curto prazo, que são altamente normatizados, padronizadores e centralizadores por serem definidos de cima para baixo. Já na terceira perspectiva, verifica-se a separação dos pensadores dos concretizadores, o que significa dizer, que, os idealizadores do plano se afastam das práticas, e os professores se afasta das decisões, fortalecendo, conforme a autora, o individualismo e o isolamento. Isso para Padilha (2008), não pode acontecer, pois o planejamento precisa ser feito por aqueles que efetivamente irão efetivar as tarefas, do contrário o ato de planejar se transformará em tarefa específica de uma minoria.

Por último, a separação dos estrategistas das estratégias, quando instituem grupos de especialistas capazes de construir o projeto da escola, mas fragilizados para pensar sobre os trabalhos dos outros, no caso dos professores, uma vez que este sistema se sustenta pelos pressupostos neotecnicistas. Quando adotam preenchimento de quadros, e fichas, que em nenhum momento, por serem atividades fragmentadas, culminarão para uma discussão mais substantiva a respeito do ideal de sociedade e de homem que se pretende formar, como fala Paulo Freire comentado por Padilha, quando diz que:

(...) é preciso que nós nos posicionemos reflexivamente e criticamente sobre o ideal que temos de homem e de sociedade e às ações educativas relacionadas ao tipo e às características da educação que tornarão viável a construção de sociedade que queremos”(PADILHA, 2008, p.18).

A ausência dessa ação vem ferindo assim o fortalecimento da autonomia das escolas públicas, de acordo com o artigo 15 da Lei maior da educação nº 9.394/96, quando diz que: os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão, observadas as normas gerais de direito financeiro público. Haja vista que a construção não passa:

pela garantia da participação de todos os seguimentos nas decisões nos encaminhamentos necessários à consecução

das finalidades do projeto político pedagógico, de acordo com o artigo 14, inciso I e II da LDB 9394/96. Fica evidente que o planejamento estratégico fere a própria LDB quanto aos princípios definidores da gestão democrática do ensino público, ratificado pelo inciso VI artigo 206 da Constituição Federal. (VEIGA 2007, p.52)

A discussão feita pela autora acerca do planejamento baseado no modo empresarial nas escolas públicas, nos remete a pensar no retrocesso, haja vista que, depois de tantas lutas na busca da autonomia das escolas, principalmente quanto à questão da autonomia pedagógica, a busca de soluções para a melhoria da qualidade da educação brasileira precisa ser feita a partir da realidade de onde está inserida a escola.

Quanto à introdução de outras políticas, no caso do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), citado anteriormente, não visualizamos como problema para a escola, pois, no meu entendimento, essa política surge independente do PPP. Claro que um depende o outro na busca da melhoria da qualidade da educação, por exemplo: o PPP pode muito bem caminhar dando suporte ao PDE, uma vez que este dá pressupostos para o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Que tem segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2008) a função de ser o termômetro da qualidade da educação básica das escolas em todos os estados e municípios do Brasil, combinando dois indicadores, “fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo programa educa senso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela prova Brasil, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática”).

Como o PPP, possuiu uma dimensão bem maior do que o PDE, acerca das atividades da escola, e, se colocado em prática, será de grande serventia no suporte as outras políticas educacionais. Pois o PPP, através de suas ações, possibilitará discussão de ações por meios de projetos que podem muito bem estar melhorando a qualidade do ensino aprendizagem e, conseqüentemente, melhorando o índice de desenvolvimento da qualidade da educação, porque este:

(...) define, portanto, princípios e finalidades, elementos de diagnóstico, estratégia e metas, que contribuem com a escola no cumprimento de sua especificidade e que quando construído coletivamente e democraticamente, possibilita a participação dos diferentes segmentos da escola em torno de um projeto comum; a explicitação do significado e da importância dos elementos que compõe o Projeto Político Pedagógico; a racionalização da gestão de recursos; a mobilização e congregação de esforços no sentido de organizar interesses diferenciados em torno de metas comuns a formação de novos rumos e direção no sentido de formação de sua identidade. (TÁVORA 2004, p.151).

Refletindo a citação acima, o PPP pode ser um dos meios fundamentais para melhoria dos indicadores de qualidade da educação, e, se colocado em prática, seria uma das ferramentas que poderiam estar dando bons “frutos”. A questão está na não construção e concretização dessa política nos espaços educacionais, como já comentamos, no início deste artigo. Portanto, analisando, a partir da trajetória teórica e por meio de minha vivência acadêmica, percebi que os discursos e teorias sobre Projeto Político Pedagógico são incutidos de valores tão significativos, que, se colocados em prática, melhorariam consideravelmente nossa educação pública, sem querer ser pretensiosa.

Portanto, não é somente por falta de políticas públicas que a educação caminha a passos lentos, mas, sobretudo, pela falta da somatória de esforços e ousadias no sentido de colocar em prática, de sair do papel e de assumir compromissos, como fala o autor abaixo:

que o compromisso das instituições com a educação e o ensino são reforçados, hoje a necessidade e o desafio de cada instituição construir Projeto Político Pedagógico e administrá-lo. Não se trata meramente de elaborar um documento, mas fundamentalmente de implantar um processo de ação-reflexão, o qual exige os esforços conjuntos e a vontade política da comunidade que faz parte da Instituição de ensino consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da instituição e de sua prática consciente, também que os resultados não são imediatos (BRUSSMANN, 2002 p.37)

Concordamos com o autor quando este menciona que os resultados do Projeto Político Pedagógico, não são imediatos. Porém não devemos nos esconder por detrás dos discursos, cruzarmos os braços e não lutarmos pela efetivação das atividades propostas pelo Projeto Político Pedagógico das Instituições de Ensino, pois a melhoria da educação perpassa pelo compromisso dos profissionais envolvidos e, sobretudo, pela *práxis* construída, não podendo ficar somente no papel como um documento norteador a ser seguido.

Segundo Silva (2003) o Projeto Político Pedagógico é:

(...) o eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Ele não é uma peça documental para ser apenas guardado na secretaria da Instituição e manuseado pelos estagiários dos cursos de licenciatura em Pedagogia. Na verdade se concebido adequadamente, o Projeto Político Pedagógico, revela quem é a comunidade escolar, quais são os desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola. (SILVA, 2003 p.283).

Essa mesma autora faz uma crítica referente aos projetos, programas e planos elaborados por governo anteriores, cujos substitutos não dão continuidade. Muitas vezes, esses programas são examinados rapidamente por técnicos da própria Secretaria ou por técnicos indicados, sem levar em conta o trabalho coletivo realizado pelos atores educacionais.

Tem sido uma prática aproveitar-se do momento de mandatos de governo ou de secretaria de educação para criar novos programas, projetos e planos com o intuito de dar cara nova à gestão sempre sem avaliar os resultados anteriores, induzindo a descontinuidade da própria dinâmica escolar (SILVA 2003, p.284).

Como se vê, são muitos os entraves que contribuem para a não concretização eficaz dessa política, e o resultado é justamente o que se vem observando no cenário educacional. Hoje a educação dispõe de uma Lei com aproximadamente 91 artigos dos quais, se formos fazer um estudo minucioso, a

maioria destes não estão sendo colocados em prática e são desconhecidos pela maioria dos que trabalham na educação.

No entanto não devemos deixar registrar, neste artigo, certa preocupação por parte de alguns gestores no início do ano 2000, no município de Soure. Conforme pesquisas, nos espaços educacionais, enquanto estudante realizando trabalhos de algumas disciplinas, bem como coordenadora de conselho Escolar, verifiquei, que, de certa forma, o artigo da Lei de que trata do PPP, causou certa preocupação acerca da construção do mesmo por parte de alguns gestores nos estabelecimentos de ensino pesquisados, haja vista que eram visíveis as angústias e o desconforto por parte de alguns desses gestores, professores, levando-os a iniciarem um processo de mobilização e a realizarem palestras sobre Projeto Político Pedagógico.

Porém, o que se concluiu, infelizmente, naquele contexto, foi justamente, a falta de conhecimento de como direcionar a proposta pedagógica por parte dos agentes da escola, e a falta de ousadia, haja vista, que quando não se sabe algo se deve pelos menos tentar construir, pois é fazendo que se aprende e ainda se for o caso solicitar colaboração do órgão central, fato esse não verificado.

Partindo desse pressuposto, não podemos deixar de opinar novamente, enfatizando que não é só por falta simplesmente de políticas públicas que a educação não melhora seus indicadores de qualidade, mas também pela falta de sua execução. O momento é de enfrentamento sem pessimismo, rompendo os obstáculos e avançando-se na efetivação das mudanças já contidas nas políticas públicas para a educação. Na verdade é preciso começar, pois só se aprende fazendo, só assim começaremos a quebrar e fragmentar como fala Silva (2003) que:

a sociedade brasileira, historicamente alimentou práticas autoritárias e patrimoniais, decisões elaboradas pelo alto por um grupo de “iluminados” e “sábios” que se diziam porta vozes daquilo que a escola pública brasileira mais precisa. Essas práticas persistem e ainda estão presente no cotidiano das escolas das grandes cidades ou de municípios

do interior dos Estados. A concepção de gestão racional do sistema educacional brasileiro, ainda hoje, revitaliza o autoritarismo, e a verticalidade, o gerenciamento, o apadrinhamento e o clientelismo, nas soluções sociais e políticas. (SILVA, 2003, p.183).

Isso significa continuarmos em nossos espaços educacionais com o jogo de poder hierárquico, onde muitos estão preocupados com sua manutenção, colocando, na maioria das vezes, os interesses pessoais acima do profissional, fomentando o descompromisso com o avanço e a melhoria da qualidade da educação, no momento em que se fecham em seus “casulos” e preferem pagar um profissional também descompromissado para “confeccionar” o Projeto Político Pedagógico de sua escola. Com isso:

os processos inovadores continuam a orientar-se por preocupações padronizadas, de uniformização, de controle burocrático, de planejamento centralizado. Se a inovação é instituída, há fortes riscos de que sejam absorvidas pelas lógicas preexistentes, pelo quadro de referência reguladora. No caráter regulador e normativo da ciência conservadora (VEIGA, 2003 p.269).

Veiga (2005) nos agracia novamente com uma bela discussão, quando se contrapõe à concepção anterior dizendo que:

a busca de uma nova organização de trabalho pedagógico está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, uma contraposição à organização regida pelos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação do controle hierárquico (p.269).

A idéia acima me remete a refletir sobre as situações vividas no dia a dia, como funcionária de Instituição Pública de educação, pois essa prática é costumeira, em muitas escolas e quem está no poder se sente dono dele, suas ordens devem ser executadas tal como manda a cartilha dos dirigentes. As idéias

alheias às suas podem até serem aceitas no momento da discussão, mas no decorrer do processo acabam prevalecendo às ditadas pelos que dominam hierarquicamente.

Essa visão fechada de fazer política vem culminando na condução de Projetos Políticos Pedagógicos, como escreve Veiga: “significa assumir o Projeto Político Pedagógico como de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado. Nesse caso, ignora-se o processo de produção coletiva” (2003, p.271). Esse tipo de construção do projeto pedagógico é chamado pela autora de inovação de cunho regulatório, conhecido também como técnico, e nega a diversidade de interesse e dos atores que estão presentes.

Isso significa que os resultados da inovação são transformados em normas e prescrições e, conseqüentemente, sua aplicação é também técnica (...). A inovação é uma simples rearticulação do sistema, visando á introdução acrítica do novo no velho. (VEIGA, 2003, p. 270).

Vianna explica que:

a administração escolar é realizada através de ordem, norma e regulamento, impostos de cima para baixo, sem nenhum questionamento, acentuando o comportamento da submissão, sem critica nem discussões, por medo de possíveis conflitos e punições. . Sem liberdade para criar e despreparados para grandes inovações, os administradores escolares sentem-se inseguros, frustrados e profissionalmente ameaçados (1986, p07).

Essa discussão, apesar da autora ter mencionado há 24 anos, ainda está presente em nossos sistemas educacionais atuais, seja ele de nível fundamental, médio ou superior. Por isso, concordo com o que dizem os teóricos estudados neste artigo sobre a construção do PPP, quando analisam esta ferramenta como sendo importantíssima na condução e construção da autonomia das instituições de ensino, culminando para uma perspectiva de melhoria na qualidade da educação, desde que ele o PPP seja:

discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo (...) e ainda, ao se constituir como processo, indica e reforça a função precípua da direção da escola e da equipe da diretiva ou coordenadora de cuidar da “política educativa” do alcance e da globalidade do processo educativo na escola e de liderá-lo, administrando a consecução dos objetivos (BUSSMANN, 2005, p.38).

Mas para isso é preciso ousar sair do “mundo do faz de conta”, pois não é justo conquistarmos a base de muitas lutas, e com isso a criação de Leis em prol da educação, como no caso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação = Lei nº 9.394/94, se seus artigos na maioria não estão sendo colocados em prática. Diante desta reflexão indagamos como podemos questionar e criticar? Como queremos que os nossos jovens e adultos adquiram a capacidade de compreender, e acompanhar os movimentos de transformações educacionais, políticas, sociais, culturais, e econômica de nossa sociedade se aquilo que foi reivindicado e conquistado, na maioria das vezes não sai do papel.

Se estes não participam do como fazer na prática? É preciso que, as escolas despertem para essa necessidade de inserir a comunidade extra-escolar nas suas tarefas pedagógicas e administrativas. Só assim, iniciaremos e desenvolveremos o senso da participação coletiva de nossa sociedade, aguçando nestes a cultura da participação e conseqüentemente da transformação de seu meio social.

Diante das lacunas apresentada no decorrer deste artigo sobre a construção e concretização do PPP, é de se questionar os porquês da não concretização deste. Isso somente ocorrerá a partir de uma tomada de consciência no sentido de reverter o discurso da falta de políticas públicas para a educação, e buscar mecanismos que fazer valer aquelas já aprovadas no caso a do artigo 12 da LDB nº9.394/96.

Neste momento, apresento ao leitor a seguir o resultado da pesquisa de campo, executada a partir da aplicação de um questionário aos 31 entrevistados da escola em estudo. Para que estes possam analisar e discutir sobre essa política e

fazer suas próprias leituras acerca da efetivação desta ferramenta dentro dos lócus educacionais, nesta oportunidade deixo como questionamento. O projeto político pedagógico pode melhorar a educação de uma Instituição educacional, tomando como referencia o resultado do estudo abaixo? Na verdade esta indagação tem por objetivo fazer com o leitor pare e reflita sobre este assunto é comece a discutir com seus pares a interrogação formulada. Partindo do que já leu, e do que ainda irá ler a partir de agora.

### **Resultado da Pesquisa de Campo sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Pesquisada**

Quando indagamos dos autores da pesquisa de campo se conheciam o projeto pedagógico de sua escola, dos 31 (trinta e um) pesquisados, 19 (dezenove) responderam não conhecer. Por outro lado, 11 (onze) disseram conhecer, e 01(um) não soube responder. Diante das respostas, percebi que a maioria dos que participaram da pesquisa desconhecem a proposta pedagógica de sua escola e da escola de seu filho. Quando relatam que:

Durante o tempo que estou na escola, ainda não ouvi falar em projeto pedagógico (P5).

Não, pois até o presente momento, desde que comecei atuar nesta escola, há um ano, não participei de nenhuma reunião para construção do projeto pedagógico (P4).

Não, já ouvi falar, no momento em que fui convidada para uma reunião para tratar assunto de falta de professor e falaram também do projeto político pedagógico, mas só falaram. Mas nunca participei da discussão, não tenho noção do que seja (PA3).

Essa realidade, encontrada durante a pesquisa, vai de encontro o que preconiza a Lei maior da educação brasileira quando diz que o PPP deve ser construído e efetivado com a participação dos principais representantes da comunidade escolar, e como fala Padilha, (2008.p, 95) para que: “este influencie as

políticas públicas educacionais a partir da visão de planejamento socializado e ascendente, contribua para que as pessoas, as escolas e a sociedade sejam cidadãos”.

Procuramos também saber se a comunidade participou da discussão do projeto político pedagógico da escola, dos 31 entrevistados, 23 (vinte e três) responderam que, não houve a participação da comunidade. Somente 08 (oito) responderam que sim. Mais uma vez vai se confirmando o quanto a participação da comunidade escolar nas discussões e decisões das tarefas fundamentais da vida de seus filhos continua sendo desrespeitada.

Como esta comunidade pode ajudar se desconhece as atividades que escola possui? A comunidade deve estar inserida de verdade, não apenas para ouvir o que vai acontecer, mas deve ser convidada a fazer parte de grupos de trabalhos, para que, juntos professores, técnicos e gestores, discutam tarefas que culminem para a construção do PPP. Só assim se sentirá responsável também pela Instituição onde estudam seus filhos. Na verdade é preciso que a escola saia do discurso contido no PPP e coloque em prática o que se escreve e o que se fala.

Procuramos investigar dentre os pesquisados se o PPP fosse colocado em prática, melhoraria a qualidade da educação. Verificamos um equilíbrio nas respostas dos entrevistados. Dezesesseis (16) responderam que melhorou, e 15 (quinze) disseram que não. Essa divergência de resultados leva-nos a refletir que, apesar da proposta pedagógica da escola não estar em atividade, os sujeitos da pesquisa acreditam que o projeto pode melhorar o processo educacional se suas atividades forem concretas, onde pode ser observada nas falas destes, quando disseram que:

Sim em 2003, logo após a implantação do PPP, as coisas funcionaram na escola, mas hoje essas ações estão sendo fragmentadas em face de interferência político-partidárias, pois muda o governo, e outro que assume não tem interesse de colocar em prática os projetos dos governos anteriores (P9).

Pode melhorar. Depende do interesse do professor e do envolvimento dos pais. Melhora, pois os projetos tiram os

alunos da rua. Quando os projetos estavam em atividades, havia melhoria, hoje não (P6).

Mais uma vez vai se ratificando a importância do planejamento dentro dos *lôcus* educacionais. No momento em que, os abordados confirmam que, se, o PPP, que é o planejamento da escola, fosse colocado em efetividade, o quadro do resultado final do rendimento escolar poderia estar sendo outro bem melhor, na escola em estudo.

O que mais nos chamou atenção foi justamente o quantitativo de 29 entrevistados responderem que o Projeto Político Pedagógico é capaz de melhorar os indicadores de qualidade da educação. Somente dois (02) deles não souberam responder.

Mesmo que estes não tenham participado das reuniões da construção do PPP de sua escola como já relatamos anteriormente neste estudo. Vale ressaltar o otimismo que os mesmos possuem em relação ao projeto de uma escola. Isto aponta que essa ferramenta pode ser um grande aliado para as escolas rumo à melhoria dos indicadores de qualidade da educação, quando dizem:

Sim, desde que todos participem inclusive a SEDUC (P3).

Sim, desde que seja cumprido e haja recursos (P1).

Sim, quando se trabalha dentro da proposta, ou seja, através de projetos dentro de um planejamento norteador (P10).

Sim, desde que haja comprometimento e ausência de grupos de político-partidários (P5).

Diante de tantos versos e reversos sobre a construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola em questão, procuramos indagar dos sujeitos da pesquisa, em que persistem as dificuldades a respeito da implantação e concretização da proposta pedagógica no dia a dia de uma escola. Para maioria dos entrevistados, isto decorre em face de:

Falta de empenho dos alunos, embora a escola tenha boa vontade em planejar atividades, o desinteresse dos alunos prejudica (P8).

Falta de uma boa gestão dentro da escola (P12).

Deve ser por falta de interesse dos dirigentes dos professores. São eles os culpados, os professores anteriores até que tinham vontade, estes de hoje não têm (PA03).

Dificuldade por parte do gestor, como já falei. Convoca a gente para reunião encham os pais e a comunidade de expectativa, e não colocam em prática. É isso que prejudica o aluno que vai para escola (PA2).

A dificuldade está na direção, precisa primeiro mudar esta gestão para ver se as coisas caminham (AL8).

As falas acima nos fazem pensar que o Projeto Político Pedagógico de uma escola é possível de ser concretizado, desde que haja uma somatória de responsabilidades, pois, como vimos através dos relatos, às dificuldades decorrem de todas as partes. Por exemplo, a comunidade se isenta e lança a culpa para a direção, e aos docentes, pois, como já relatamos anteriormente, essa categoria não participou da construção e efetivação do PPP da escola efetivamente. E isso talvez seja uma das problemáticas que contribuíram para as críticas acima, bem como a não continuidade das ações da proposta pedagógica da escola em estudo.

Outra questão que vale também destacar neste estudo, como problema para a proposta pedagógica não ter avançado dentro da escola foi justamente a ausência talvez de uma gestão mais democrática, pois conforme os relatos acima, grande parte dos entrevistados apontam que o problema está na gestão da escola. Essa informação nos remete à seguinte conclusão: o gestor escolar é peça fundamental dentro da escola, portanto este deve ser o gerenciador de todas as atividades educacionais, políticas e sociais da escola onde trabalha e isso pressupõe que deva adquirir habilidades necessárias de como lidar com as várias situações ocorridas no transcurso de sua administração.

Ao contrário, se esse gestor não possuir liderança, conhecimento, técnica de como lidar com as situações simples e complexas da escola onde trabalha, a tendência é a estagnação dos avanços educacionais, pois os grupos que reivindicam melhoria e não observam a contrapartida por parte do gestor, esses tendem a

acomodar-se. Diante desse pensamento, analisa-se mais uma vez o quanto o gestor escolar deve estar preparado e em sintonia com todas as atividades da escola, pois as cobranças recaem primeiramente na figura do mesmo como vimos nos relatos acima.

Nesse sentido, podemos considerar que o Projeto Político Pedagógico é possível de ser construído e concretizado dentro das escolas públicas. Desde que seja, assumido com responsabilidade pelos que trabalham na escola, e juntos com a comunidade extra-escolar, se unam em um só objetivo, que é construir e efetivar o Projeto Político Pedagógico de sua escola como preconiza a Lei maior da educação. Pois, como já vimos por meio deste estudo, o PPP pode melhorar a qualidade do ensino aprendizagem de uma escola, desde que este seja construído por todos que participam da escola.

No momento em que as escolas começarem despertar e perceber a importância desta ferramenta como aliada para o melhoramento das práticas educativas de uma escola, com certeza poderemos comemorar dias melhores para o ensino público brasileiro.

### **Considerações Finais**

Para finalizar apresento minhas considerações finais acerca deste estudo, e aponto alguns caminhos como sugestões, de como as escolas públicas poderiam estar fazendo para construir e direcionar sua proposta pedagógica. Primeiramente que as escolas públicas iniciem um processo de comissão permanente em seu âmbito para trabalhar a proposta pedagógica, composta das seguintes representações: professores, alunos, pais, conselho escolar, comunidade extra-escolar, tendo à frente desta comissão um coordenador pedagógico. Ele deve manter o grupo de trabalho em sintonia, ou seja, deve-se obedecer a um cronograma de atividade rigorosa com dia e hora marcada para articulação das diretrizes de como se vai construir efetivar o PPP.

Segundo, que o gestor e vice-gestor escolar estejam também em sintonia com a comissão do PPP, mantendo contato com esta comissão freqüentemente, participando de todas as reuniões marcadas pela comissão do PPP, tendo como função o monitoramento de todas as atividades e encaminhamentos da discussão do mesmo. Sei que essa tarefa é desafiadora, porém não é impossível de acontecer; basta acreditar, pois a própria comunidade intra e extra-escolar ouvida durante a pesquisa de campo acreditam nesta proposta, como já mencionamos neste trabalho.

Portanto, resta-nos *descruzar os braços* e começar a executar o que está escrito nas Leis, em particular a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9. 394 de 20 de dezembro 1996 em especial o Artigo 12 que fala do Projeto Político Pedagógico, que é objeto deste artigo. Só assim sairemos das utopias e caminharemos rumo à efetivação das políticas públicas discutidas pela comunidade, mas que, na maioria das vezes, não saem do papel.

É preciso virar a página dessa história e sairmos *do mundo do faz de conta* e começarmos a construir histórias concretas dentro do cenário educacional, e o Projeto Político Pedagógico pode ser uma dessas histórias concretas possíveis de acontecer. Basta acreditar. Este estudo me deu munição para acreditar que é possível, porém vale ressaltar que o PPP por si só não é *a tábua de salvação* para todas as mazelas da educação, mas pode ser um grande aliado para melhoria dela.

## Referências

AEC do BRASIL. Planejamento e Participação. Revista de Educação AEC, n. 54. Brasília, AEC, 1984.

AMPUERO, Maria do Socorro Souza e MALATO, Luiz Andrade da Silva. A. Monitoria Escolar: Caminhos de Solidariedade e Empreendedorismo- Uma prevenção e Combate à Violência Escolar na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle- Universidade da Amazônia 2003.

ANTÚNEZ, S., CARMEN, L.M., IMBERNÓN, F., PARCERISA, A., ZABALA, A. Del Proyecto Educativo a la Programación de Aula, 14ª ed. Barcelona: Graó, 2001.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira, Projeto Político Pedagógico, o Perfil do profissional formado no projeto pedagógico, petropolis2002- Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>.

BENTO, Karla Lúcia e LONGBI, Simone Raquel Pagel. Projeto Político Pedagógico uma construção Coletiva- Revista de Divulgação Científica do ICPG vol.3 n. 9- jul a Dez/2006.

BRASIL, Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino Médio: matrizes de referência. Tópicos e descritores. Brasília: MEC,SEB;INPE,2008.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC. LDB 9394/96. Brasília, 1996

BUSSMANN, Antonia Carvalho. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org) Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. São Paulo: Papirus Editora, 2005.

COSTA, Maria de Nazaré Barroso e OLIVEIRA, Vera Lúcia Barbosa de Oliveira- Participação da Comunidade Escolar na construção de uma proposta pedagógica: Eis o Desafio, UEPA- Universidade de Estadual do Estado do Pará- Belém- Pará, 2005.

CURY, Augusto Jorge, Pais Brilhantes, Professores Fascinantes- Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

\_\_\_\_\_: Educando para a participação. Revista de Educação AEC, n. 75. Brasília, AEC, 1990.

GARCIA, C.M “A formação de professores: Novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor”. In Nóvoa A. (Org). Os professores e a sua formação, Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GOMES, ‘Rui. ’ “Teses para uma agenda de estudo da escola” BARROSO, João (Org). O estudo da escola. Porto: Editor Porto, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALDANER, O A. A Formação Inicial e continuada de Professores/pesquisador. 1º Edição: Editora unijui 2000

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: projeto de Ensino aprendizagem e projeto político-Pedagógico- elementos Metodológicos para elaboração e realização, 16ª ed. Libertad Editora, 2006.

\_\_\_\_VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_, Ilma Passos A. e FONSECA, Marília (org.). As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 2001

\_\_\_\_Ilma Passos A. Inovações e Projeto Político Pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória? Caderno Ceres, v. 23 n.61, p. 267-281 Campinas, dezembro 2003.

\_\_\_\_Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico: Novas Trilhas para Escola (Org) As dimensões do Projeto políticos- Pedagógico: Novos desafios para escola, Campinas SP: Papirus, 2001

VIANA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento Participativo na escola: um desafio ao educador. São Paulo, EPU, 1986.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político da escola/ Paulo Roberto Padilha- 8.ed- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.2008-( Guia da escola cidadã;v7)

PIAGET, Jean, Seis Estudos de psicologia. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Projeto Político-pedagógico e organização Curricular: Desafios de um novo paradigma(org) Ilma passos A. As Dimensões do projeto Político-Pedagógica- Capinas SP: Papirus,2001

SILVA, Maria Abadia da Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político Pedagógico da Escola Pública Brasileira. Caderno Ceres, Campinas, v. 23 nº 61, p. 283-301, Dez 2003, disponível em [HTTP://WWW.cedes.unicampo.br](http://www.cedes.unicampo.br).

TAVÁRO, Maria Josefa de Souza- 5.3- Projeto Político Pedagógico Uma Proposição teórica- Metodológica (ORG) Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Elizabeth Teixeira Belém: EDUEPA-2004

XAVIER, Antonio C.R e SOBRINHO, José A. como elaborar o plano de desenvolvimento da escola: Aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 2ª ed Brasília: Programa Fundo Escola,1990.